



ATAS

ATA N.º 190/2017

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, pelas onze horas, no Auditório do Hotel Roma, sito na Rua Infante D. Pedro, n.º 6, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral da Federação de Andebol de Portugal, em sessão ordinária, conforme convocatória de dez de novembro de dois mil e dezassete do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2018.

A Mesa foi constituída pelo Presidente, Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão, pelo Vice-Presidente, Raul Miguel Castro, e pelo Secretário, José Manuel Lopes Costa.

Pela Direção estiveram presentes o Presidente, Luís Miguel Morgado Laranjeiro e os Vice-Presidentes António Augusto Pinto Leite da Silva e Ricardo José da Costa Andorinho. Esteve igualmente presente o Diretor Executivo, Miguel Nuno de Sá Nogueira Ferreira Fernandes.

Os trabalhos iniciaram-se pelas onze horas, com a presença de trinta delegados, em representação dos membros ordinários da Federação de Andebol de Portugal.

O Presidente da Mesa abriu os trabalhos e deu a palavra ao Presidente da Federação de Andebol de Portugal (FAP), que agradeceu a expressiva presença de delegados à Assembleia e procedeu à apresentação dos documentos, previamente enviados aos delegados.

No uso da palavra o Presidente da FAP enfatizou o esforço de rigor e de transparência que presidiu à elaboração dos referidos documentos, tendo complementado a sua exposição com assuntos relevantes na componente da gestão e administração, casos do Relatório de Auditoria da IGF, na componente da relação com o IPDJ, IP e dos auxílios públicos e financiamentos havidos, situação que se encontra nesse âmbito regularizada, e da evolução ultimamente verificada na representação do Andebol nas instâncias desportivas nacionais e internacionais (na EHF e IHF). Prosseguiu com a análise aos principais aspetos do Orçamento, em linha com os princípios de coerência, eficácia, confiança e determinação assumidos para o mandato. Referiu, ainda a diminuição de custos com funcionamento que poderá chegar aos 25%, a diminuição de custos com os quadros competitivos, o reforço do nível de apoio financeiro às Associações Regionais,



ATAS

Folha 27

assim como no alto Rendimento e Seleções Nacionais, num Orçamento que ascenderá a EUR 4.160.000.

Aberta a discussão, interveio o delegado da Associação de Andebol do Porto enaltecendo os resultados e o orçamento expansionista, debruçando-se na especialidade sobre a organização dos quadros competitivos, alterações nos escalões etários e Andebol de Praia, sinalizando ainda a ausência das associações de Beja e Évora.

Seguidamente interveio o delegado da Associação de Andebol de Viseu, afirmando ser necessário garantir a realização das competições de acordo com o interesse nacional, defendendo que só participando em competições nacionais é que os atletas adquirem qualidade para chegar às Seleções Nacionais.

Interveio de seguida o delegado da ANCANP, António Manso, referindo-se aos custos da arbitragem. Seguiu-se o delegado da Associação de Andebol de Santarém, relatando problemas estruturais e vicissitudes ao nível dos recursos humanos, tendo depois o delegado da Associação de Andebol de Leiria referido que o Plano e o Orçamento são ambiciosos, que os problemas estão identificados e que o modelo do Andebol de Praia deverá estar orientado para melhorias da competição. Defendeu que o Andebol deverá assentar em três eixos: pessoas, praticantes, parceiros. O delegado da ANCANP, José Correia, deu nota de uma desajustada rubrica afeta a formação inscrita no projeto de Orçamento, referindo que o valor inscrito para a formação de oficiais de equipa é insuficiente; o delegado da Associação de Andebol dos Açores sugeriu a alteração na nomenclatura de uma competição; o delegado da Associação de Andebol de Setúbal prestou esclarecimentos relativamente à cobertura de competições no Alentejo e a delegada da Associação de Andebol de Lisboa comentou a formação no domínio da arbitragem, sendo seu entendimento que a formação deve ser contínua neste setor. Intervieram ainda um delegado da ATAP e, novamente, a finalizar as inscrições, o delegado da Associação de Andebol do Porto.

Sobre todas as intervenções foi dada a palavra ao Presidente da FAP, aos restantes membros da Direção e ao Diretor Executivo que responderam, de forma pormenorizada às diversas questões suscitadas pelos delegados, esclarecendo este último justificar-se a introdução de uma retificação numa das rubricas do Orçamento, na componente da formação, sendo a respetiva dotação, no montante de EUR 5.000,00, alocada a outra rubrica identificada no capítulo da formação, nomeadamente a da formação de oficiais de equipa, que assim teria EUR 7.000,00.

ATAS

Folha 28

A encerrar a discussão, o Presidente da FAP destacou a expressiva participação nesta Assembleia e a elevação com que decorreram os trabalhos, dignificando o Andebol e as instituições.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o Plano de Atividades e Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2018, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada cerca das treze horas e trinta minutos.

Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

Para que conste se lavrou a presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai assinada pela Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

